

de janeiro, designo, para exercer as funções de chefe do meu Gabinete, o mestre Paulo José Martins Raposo Lopes Marcelo, com efeitos a 24 de julho de 2013.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo Decreto-Lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho,

3 — Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

3 de setembro de 2013. — O Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, *Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva*.

ANEXO

Nota curricular

Dados Pessoais:

Paulo José Martins Raposo Lopes Marcelo; nascido a 4/10/1973.

Habilitações académicas:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; mestre em Direito Europeu da Concorrência pelo *Kings College* da Universidade de Londres.

Experiência profissional:

Assistente da Faculdade de Direito de Lisboa, tendo lecionado várias disciplinas, como Direito dos Contratos, Teoria Geral do Direito e Introdução ao Estudo do Direito (2001-2009). Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros no XV e XVI Governo Constitucional. Jurista especializado em temas de concorrência, regulação, telecomunicações, direito europeu e empresarial. *Legal Manager* da Vodafone Portugal e *Legal Counsel* da Vodafone GmbH (Alemanha). Participou em vários grupos de trabalho para redação de diplomas legislativos como o Código de Trabalho, Lei de Arrendamento Urbano, Código dos Valores Mobiliários, Código da Insolvência e Recuperação de Empresas. Advogado inscrito na Ordem dos Advogados, desde 1998. Consultor jurídico da administração do IAPMEI (1999).

Outras competências:

Membro eleito do Senado da Universidade de Lisboa (1995-1997). Membro da Comissão Técnica responsável pelo *Programa Estratégico para a Qualidade, Simplificação e Eficiência dos Atos Normativos* do Governo, integrada na Presidência do Conselho de Ministros (2003).

Representante do Estado Português no IBERGOP, na Colômbia (2004). Colunista do Diário Económico, desde 2005. Membro da Comissão de Concorrência da *International Chamber of Commerce*. Autor de vários livros, destacando-se «A Blindagem da Empresa Plurissocietária» (2002) e obras coletivas, como «Tratado de Lisboa - Anotado e Comentado» (2012) e «Enciclopédia da Constituição Portuguesa» (2013). Frequência do Executive MBA do IESE/AESE (2012-2013).

207235288

Despacho n.º 11884/2013

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de adjunta do meu gabinete, a licenciada Patrícia Flávia Parício dei Olmo Pincarilho, técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos a 24 de julho de 2013.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

3 de setembro de 2013. — O Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, *Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais:

Patrícia Flávia Parício dei Olmo Pincarilho; nascida a 17/03/1965.

Habilitações académicas:

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; pós-graduada em Estudos Europeus pela Universidade Católica Portuguesa.

Experiência profissional:

Assessora para os Assuntos Europeus no Gabinete do Ministro da Economia e do Emprego do XIX Governo Constitucional (2012); assessora jurídica no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus do XIX Governo Constitucional (2011); conselheira técnica na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, com os pelouros Cultura, Audiovisual, Multilinguismo e Diplomacia Económica/Programas de Ajuda Externa (2005); chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas no XVI Governo Constitucional; chefe do Gabinete do Ministro da Economia no XV Governo Constitucional; subdiretora-geral da Empresa do Ministério da Economia (2003); diretora dos Serviços do Apoio à Internacionalização Económica, no Ministério da Economia (1999); técnica superior na Direção-Geral da Concorrência do Ministério da Economia (1998).
207234923

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11885/2013

O aumento do título alcoométrico volúmico natural, vulgarmente designado «enriquecimento», é uma prática enológica permitida pela regulamentação comunitária, mediante autorização dos Estados membros, quando as condições climáticas o tornarem necessário.

De acordo com o anexo xv-A do Regulamento (CE) n.º 1234/2007, do Conselho, de 22 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (CE) n.º 491/2009, do Conselho, de 25 de maio, esta prática enológica pode ser efetuada em uvas frescas, mosto de uvas, mosto de uvas parcialmente fermentado, vinho novo ainda em fermentação e vinho proveniente de castas de uvas classificadas nos termos do n.º 2 do artigo 120.º-A do mesmo regulamento, em cumprimento dos limites e métodos autorizados que constam das partes A e B do referido anexo.

De modo a manter as linhas de orientação seguidas em anos anteriores, é de exceção desta prática os produtos destinados a serem transformados em vinho licoroso com direito a denominação de origem (DO), estendendo-se esta exceção também aos que se destinam a ser transformados em vinho licoroso com direito a indicação geográfica (IG).

Assim, mantêm-se o objetivo de limitar o recurso desta prática enológica a situações justificadas e estabelece-se um aumento máximo do título alcoométrico igual para todas as regiões vitivinícolas.

Assim, ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 66/2012, determino:

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 4, é autorizado para os produtos obtidos na campanha de 2013-2014 o aumento do título alcoométrico volúmico natural, até ao limite máximo de 1,5% vol, nas seguintes condições:

a) Uvas frescas, mosto de uvas, mosto de uvas parcialmente fermentado e do vinho novo ainda em fermentação, através da adição de mosto de uvas concentrado ou mosto de uvas concentrado retificado, não podendo esta adição aumentar o volume inicial em mais de 6,5%;

b) Mosto de uvas, por concentração parcial, incluindo a osmose inversa, e vinho, por concentração parcial por arrefecimento, não podendo estas operações conduzir a uma redução do volume inicial superior a 20%.

2 — Os produtos destinados a serem transformados em vinho licoroso com direito a DO ou IG não podem ser sujeitos a operações de aumento do título alcoométrico.

3 — Os produtos destinados à produção de vinho sem direito a DO ou IG devem apresentar, antes de qualquer operação referida no n.º 1, um título alcoométrico volúmico natural mínimo igual ou superior a:

a) 7,5% vol para os produtos originários da zona vitícola CI da nomenclatura comunitária;

b) 9% vol para os produtos originários da zona vitícola CIII b) da nomenclatura comunitária.

4 — No caso dos produtos destinados à produção de vinho com direito a IG ou DO, esta prática enológica só é permitida desde que, cumulativamente:

a) As entidades certificadoras autorizem previamente o seu recurso e dentro das condições e limites mais restritivos que as mesmas possam decidir;

b) Seja efetuada com recurso à concentração parcial de mosto de uvas ou à adição de mosto de uvas concentrado retificado ou à adição de mosto

de uvas concentrado, desde que este último seja proveniente da mesma região vitivinícola dos produtos sujeitos a esta prática enológica;

c) Os produtos apresentem um título alcoométrico volúmico natural não inferior ao limite mínimo estabelecido na legislação nacional específica.

5 — O aumento do título alcoométrico volúmico natural não pode ter por efeito elevar o título alcoométrico volúmico total a mais de:

a) 12,5% vol para os produtos originários da zona vitícola CI da nomenclatura comunitária, correspondente no território do continente, à região vitivinícola Minho, bem como aos concelhos de Bombarral, Lourinhã, Mafra e Torres Vedras (com exceção das freguesias da Carvoeira e Dois Portos), da região vitivinícola Lisboa;

b) 13,5% vol para os produtos originários da zona vitícola CIII b) da nomenclatura comunitária, correspondente no território do continente às regiões vitivinícolas Trás-os-Montes, Douro, Beiras, Tejo, Lisboa (com exceção das áreas referidas na alínea anterior), Península de Setúbal, Alentejo e Algarve.

6 — Os volumes dos produtos destinados à produção de vinho com direito a DO ou IG sujeitos a operações de aumento do título alcoométrico volúmico natural que não cumpram o disposto no presente despacho não podem ser objeto de certificação.

7 — Para efeitos de acompanhamento desta prática enológica e das restrições impostas, as entidades certificadoras comunicam ao Instituto da Vinha e do Vinho, I. P., no prazo máximo de 10 dias úteis após a data de publicação deste despacho, as medidas mais restritivas que adotarem nos termos do n.º 4, sem prejuízo das alterações que venham a mostrar-se necessárias, decorrentes de eventuais alterações climáticas, as quais devem ser de imediato comunicadas àquele Instituto.

8 — As entidades certificadoras devem divulgar, junto dos operadores nelas inscritos, as disposições que adotarem de acordo com as normas previstas no presente despacho.

9 — As operações de enriquecimento referidas no n.º 1 do presente despacho não podem ser efetuadas após 1 de janeiro de 2014, com exceção da concentração parcial por arrefecimento.

10 — Os prazos e procedimentos para a apresentação das declarações obrigatórias previstas no n.º 4 da parte D do anexo xv-A do Regulamento (CE) n.º 1234/2007, do Conselho, de 22 de outubro, são definidos pelo IVV, I. P., e divulgados na respetiva página eletrónica, com o endereço www.ivv.min-agricultura.pt.

11 — O mosto concentrado e o mosto concentrado retificado utilizado nas operações de enriquecimento devem ser originários da Comunidade e obedecer às definições previstas no anexo xi-B do Regulamento (CE) n.º 1234/2007, do Conselho, de 22 de outubro.

12 — As operações são feitas de uma só vez, não sendo permitida a adição de mosto concentrado e mosto concentrado retificado numa mesma operação.

13 — As infrações às disposições do presente despacho são penalizadas no âmbito do Decreto-Lei n.º 213/2004, de 23 de agosto.

14 — O presente despacho é aplicável na campanha vitivinícola de 2013-2014.

9 de agosto de 2013. — Pela Ministra da Agricultura e do Mar, *José Diogo Santiago de Albuquerque*, Secretário de Estado da Agricultura.
207242034

Despacho n.º 11886/2013

No âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) são concedidos apoios aos agricultores, grande parte dos quais no âmbito de candidaturas anuais ao Pedido Único.

Neste contexto, afigura-se fundamental efetuar um diagnóstico das necessidades de alterações de carácter legislativo e regulamentar inerentes à operacionalização eficaz das candidaturas aos apoios no setor da agricultura.

Com efeito, o referido diagnóstico constitui um instrumento elementar para garantir a publicação da legislação em tempo útil, de modo que os agricultores sejam informados com antecedência adequada sobre as novas eventuais disposições aplicáveis, dispondo de tempo suficiente para se adaptarem, caso se justifique, e apresentarem as suas candidaturas em conformidade com eventuais alterações aos regimes de apoio em vigor.

Considerando que o referido diagnóstico e a eventual correspondente preparação de alterações de carácter legislativo ou regulamentar exigem uma estreita articulação entre os organismos do Ministério da Agricultura e do Mar, com atribuições nas matérias a regular, justifica-se a criação de um grupo de trabalho para esse efeito, cuja coordenação deve ser assegurada pelo Gabinete de Planeamento e Políticas, em razão das suas competências.

Assim, determino o seguinte:

1 — É constituído um Grupo de Trabalho com o objetivo de avaliar a necessidade de alterações legislativas ou regulamentares inerentes à

operacionalização eficaz das candidaturas aos diferentes regimes de apoio da PAC, bem como preparar os respetivos projetos, de modo que as alterações legislativas e regulamentares sejam publicadas antes do início do período de candidaturas aos apoios.

2 — Compete, especialmente, ao Grupo de Trabalho:

a) Efetuar um diagnóstico das necessidades de alterações de carácter legislativo ou regulamentar para a operacionalização eficaz das candidaturas aos diferentes regimes de apoio da PAC;

b) Elaborar um plano de calendarização das atividades a desenvolver, que será submetido a meu despacho após validação pelos responsáveis máximos das entidades representadas no Grupo de Trabalho;

c) Obter contributos técnicos das entidades representadas que se afigurem relevantes em razão da matéria a regular, em articulação com as unidades orgânicas respetivas;

d) Consultar as associações representativas dos agricultores;

e) Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, identificando eventuais constrangimentos e propondo adequada resolução;

f) Elaborar as propostas de alterações legislativas ou regulamentares necessárias.

3 — O Grupo de Trabalho é composto pelos seguintes elementos:

a) Em representação do Gabinete de Planeamento e Políticas, a Dr.ª Isabel Maria Boalma Bastos Coelho Palma, que coordena os trabalhos, e a Eng.ª Sónia Isabel Simões Calção;

b) Em representação do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., a Eng.ª Ana Luísa Gomes Figueiredo Rodrigues;

c) Em representação da Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), a Eng.ª Carla Cristina Fernandes Ribeiro da Silva Boto Branco;

d) Em representação do Instituto da Vinha e do Vinho, I. P., a Eng.ª Graça Soares Branco.

4 — O Grupo de Trabalho pode, quando tal se justifique em razão da especificidade da matéria, convocar a participar outros técnicos das entidades representadas, a designar pelos respetivos responsáveis máximos, ficando ainda autorizado a solicitar a colaboração de outras entidades, públicas ou privadas.

5 — O mandato do Grupo de Trabalho tem início na data da assinatura do presente despacho.

6 — O apoio logístico e administrativo necessário ao funcionamento do Grupo de Trabalho é assegurado pelo Gabinete de Planeamento e Políticas.

3 de setembro de 2013. — Pela Ministra da Agricultura e do Mar, *José Diogo Santiago de Albuquerque*, Secretário de Estado da Agricultura.
207235474

Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 11887/2013

Nos termos do Despacho n.º 24 982/2008, de 29 de setembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 194, de 7 de outubro de 2008, a sociedade FindFresh, S. A., com o número de identificação fiscal 507678184, foi autorizada a proceder à instalação de uma aqüicultura intensiva para a produção de enguias no lugar de Serrado, freguesia do Bom Sucesso do concelho da Figueira da Foz.

Tal autorização caducaria se o projeto não estivesse executado no prazo de cinco anos, de acordo com a condição 14 do citado despacho.

Por requerimento apresentado por carta de 29 de julho de 2013, veio a interessada dar conta de que as obras de construção da aqüicultura sofreram atrasos irreversíveis, nomeadamente devidos às excepcionais condições climáticas adversas do corrente ano e, em especial, ao facto, também imprevisível, de ter sido obrigada a proceder à desmontagem e tratamento em oficina especializada da estrutura metálica integrante da piscicultura, a qual sofreu uma oxidação inesperada.

Assim, para colmatar a situação descrita e poder em tempo concluir a execução do projeto, a interessada FindFresh, S. A., veio solicitar a prorrogação do prazo da autorização concedida, por um período adicional de 10 meses.

Considerando que se mantém o interesse da execução do projeto para a economia nacional;

Considerando que o atraso verificado na execução das obras de construção da piscicultura foi justificado e deveu-se a razões estranhas à requerente;